



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

1. Informações Gerais

Data: 17/02/2022	Horário: 14h	Local: remota-teams
Participantes/Representantes: <ul style="list-style-type: none">• Dra. Dayse Starling Motta – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;• Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;• Dr. Anderson de Paiva Gabriel – Juiz Auxiliar da Presidência – Secretaria-Geral;• Dra. Livia Cristina Marques Peres – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;• Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;• Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;• Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;• Sr. Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;• Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira – Assessora-Chefe do Gabinete da Corregedoria;• Sra. Juliana Mendes Gonzaga Neiva – Secretária de Comunicação Social;• Sra. Mariana Feltrin Turibio – Assistente do Gabinete da Ouvidoria;• Sr. Arthur Dias Avelino – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral;• Sra. Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP.		
Facilitador <ul style="list-style-type: none">• Sr. Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ/DGE.		
Equipe Técnica <ul style="list-style-type: none">• Sra. Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional.		



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Presentes:

- Sr. Jônathas Seixas de Oliveira – Seção de Comunicação Institucional;
- Sra. Renata Maroja Stochiero – Chefe da Seção de Apoio à Governança de Sustentabilidade;
- Sra. Daniele Smidt Frischknecht – Seção de Apoio à Governança de Sustentabilidade;
- Sr. Flávio Feitosa Costa – Coordenador de Apoio à Governança de TIC;
- Sr. Antônio Ferreira de Melo Filho – Escritório Corporativo de Projetos Institucionais;
- Dr. Walter Godoy dos Santos Junior – Juiz Auxiliar da Presidência – Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Estratégica;
- Sra. Renata Chiarinelli Laurino – Chefe de Gabinete do DMF;
- Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças;
- Sr. Sidney Martins Pereira Arruda – Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Sr. Igor Caires Machado – Escritório Corporativo de Projetos Institucionais;
- Sra. Erika Teixeira Guimarães – Seção de Compras;
- Sr. Daniel Gerheim Souza Dias – Chefe da Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Poder Judiciário;
- Sra. Maria Eduarda de Souza Lopes Feitosa – Assistente IV da Secretaria de Administração;
- Sra. Denise Clara Barbosa – Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Sr. Thiago de Andrade Vieira – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;
- Sra. Patricia Maria Silva Soares Coelho – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;
- Sr. Antonio Mário Lúcio de Oliveira Junior – Chefe da Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;
- Sr. Rodrigo Miguel Sousa – Seção de Contabilidade;
- Sra. Raquel Wanderley da Cunha Chaussê – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- Sra. Marta Maria Ferreira Azevedo – Coordenadora de Gestão do Sistema de Auditoria Interna;
- Sra. Eduarda Trigueiro Mendes de Carvalho – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;
- Sra. Meg Gomes Martins de Ávila – Seção de Seleção e Gestão de Desempenho;
- Sra. Maria Lúcia Ramos Ventura Lagasse – Chefe da Seção de Registro e Acompanhamento Funcional;
- Sra. Marina Brazil Bonani – Departamento de Gestão Estratégica;
- Sra. Thaislana Marina Lima dos Santos – Departamento de Gestão Estratégica;
- Sra. Priscila Alberti Leite - Departamento de Gestão Estratégica;
- Sra. Sílvia Maria Guapindaia Peixoto – Chefe da Seção de compras.

2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a dezembro de 2021; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; identificar soluções para os problemas



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

percebidos na execução da estratégia do CNJ; apresentar resultados em destaque e ações previstas para 2022.

3. Pauta

- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a dezembro de 2021;
- Apresentação dos resultados dos indicadores com desafios e suas soluções;
- Apresentação de resultados em destaque;
- Apresentação de ações para 2022;
- Apresentação do monitoramento dos projetos institucionais – Escritório Corporativo de Projetos.

4. Abertura

A Dra. Dayse Starling Motta – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP abriu a reunião esclarecendo que no encontro é feita a apresentação do panorama geral para compartilhar experiências e dificuldades em busca de soluções em conjunto. Reforçou a importância do cumprimento das metas e, a seguir, apresentou a agenda: Panorama Geral dos Resultados; Resultados do Indicadores – desafios e ações e resultados em destaque; ações para 2022 e monitoramento dos Projetos Institucionais a cargo do ECP. A seguir, a Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Adilson Medeiros, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ – DIGE realçando a importância de se observar os objetivos estratégicos, que são os grandes direcionadores.

5. Apresentações

Na sequência, o Sr. Adilson Medeiros, informou que o painel de monitoramento da estratégia está disponível no Portal e na Intranet e iniciou a apresentação dos resultados no referido instrumento: dos 18 objetivos estratégicos, 10 foram atingidos e oito foram parcialmente atingidos. Pontuou, ainda, que não houve nenhum objetivo



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

não atingido. Dos 40 indicadores, 29 foram cumpridos, sete parcialmente cumpridos, dois não cumpridos e dois não mensurados. Esclareceu que em torno de 90% tiveram bom desempenho, se somados cumpridos e parcialmente cumpridos. Sobre os projetos institucionais, informou que, em 2021, foram 25 constantes no planejamento estratégico e que 12 foram cumpridos, 5 concluídos, 6 parcialmente cumpridos e 2 não cumpridos. Explicou que a diferença entre concluídos e cumpridos é que concluídos foram finalizados e cumpridos tiveram as etapas previstas no período realizadas. Concluiu explicando que 92% dos projetos estão com bom desempenho, considerando os somatórios. Dra. Dayse deu continuidade à reunião chamando as unidades na sequência:

5.1 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD, informou que o *Indicador 32 – Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais* já foi discutido na última RAE. Relembrou que há um problema no formulário para identificação dos gestores, mas com o apoio do DTI a solução já está em desenvolvimento e, a partir de março de 2022, será possível medir o indicador. Dra. Dayse reforçou que trazer os indicadores com resultados não atingidos visa formar uma força tarefa e pensar em soluções para resolução dos problemas.

5.2 Secretaria de Comunicação Social – SCS

Sra. Juliana Mendes Gonzaga Neiva – Secretária de Comunicação Social, convidada a falar sobre dois indicadores que não alcançaram a meta, iniciou pelo *Indicador 28: Alcance e engajamento nas redes sociais*, que foi impactado pela situação da rede *facebook* que está em queda natural de usuários no mundo todo. Explicou que são 4 redes: *Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn*, que só o *Facebook* tem diminuído e representa 15% no cálculo da meta. Apresentou duas propostas de melhoria: retirar o *Facebook* do indicador e diluir seu peso entre *Instagram* e *Twitter*, mantendo a presença do CNJ na rede pois é um público importante ainda; ou adequar o quadro



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

de pessoal com perfil para alcançar redes mais modernas. Dra. Dayse sugeriu agendar reunião entre SCS e DGE para analisar a situação. Sobre o *Indicador 29: Alcance e engajamento no Portal do CNJ* reforçou a questão da adequação do pessoal para produção de conteúdo no Portal. Também abordou o indicador sobre a pesquisa de satisfação com a comunicação interna que superou a meta.

5.3 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Sra. Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN, explanou que o objetivo do *Indicador 11: Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correções* é automatizar as tarefas de inspeções e correções e esclareceu a situação de iniciativas que compõem o indicador: *i.* desenvolvimento de painéis estatísticos a partir dos bancos de dados do CNJ tem parte sendo desenvolvida dentro do projeto de painéis estatísticos versão 2 pelo DPJ. A outra parte será feita pela equipe do DTI e precisa ser reestruturado; *ii.* Unificar e ter informações gerenciais para acompanhamento das determinações das unidades que foram inspecionadas. Acrescentou que o DTI apresentará uma ferramenta para evitar desenvolvimento de solução. Por fim, noticiou que está em tratativas com o DGE para reformular o indicador. Dra. Dayse deu início à apresentação de bons resultados do planejamento enfatizando que foram muitos, mas pela questão do tempo foram elencados alguns.

5.4 Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Dra. Livia Cristina Marques Peres – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretária Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP e coordenadora da comissão informou o resultado apurado do *Indicador 27: Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável* que foi de 88%, valor que ficou acima da meta que era 80%. Reforçou a importância de se pensar em medidas de sustentabilidade e pontuou alguns indicadores do Plano de Logística Sustentável: *i.* consumo de água em garrafas plásticas (redução de 30% em relação a 2019); *ii.* Energia (redução de 45% em relação a 2019); *iii.* Água por m² (58% em relação a 2019). Destacou a semana



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

do meio ambiente e agradeceu às unidades pelo empenho no alcance dos objetivos, pois o PLS é um projeto de várias unidades.

5.5 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP apresentou o *Indicador 7: Indicador de nível de consistência médio dos tribunais do painel de qualificação do Datajud*. Sobre o projeto citou a Portaria CNJ n. 160/2020 que determinou que o DPJ fizesse juntamente com os tribunais o trabalho de saneamento do DATAJUD, o que significa que os tribunais enviem os códigos corretos da TPU e que façam, na medida do possível, o correto “de-para” para reconhecimento dos dados. O DPJ realizou algumas ações: ajustes no sistema de recebimento; cronograma de envio dos dados; e disponibilização de 4 ferramentas de auxílio para que os tribunais pudessem enxergar como os dados estavam sendo recebidos e as críticas feitas pelo sistema. Também foram feitos 6 webinars, grande rodada de reuniões (83 reuniões). Atribuiu o êxito do atingimento da meta à Gestão do Datajud com a aproximação e acompanhamento CNJ-tribunais; a abertura e uso dos dados e a capacitação de servidores e magistrados. Apresentou power point com painéis, dentre eles o painel de estatísticas do Poder Judiciário, lançado no dia 15 de fevereiro, que tem a intenção de atingir diversos públicos.

5.6 Ouvidoria – OUV

Sra. Mariana Feltrin Turibio – Assistente do Gabinete da Ouvidoria informou que a ouvidoria tem dois indicadores, um quantitativo e outro qualitativo, e apresentou o *Indicador 8: Atendimento da ouvidoria* que diz respeito ao tempo de resposta desde o registro da demanda até a devolução ao usuário. Informou que o resultado positivo é registrado desde o ano de 2020 e pontuou que foi acompanhado pelo aumento da demanda, que, em 2020, aumentou 7,2% e em 2021, 17,6%. Registrou que há uma hipótese de que o formato de trabalho em home office favorece a pontualidade, como também uma auto-organização dos servidores. Continuou informando que a organização do trabalho para monitoramento das atividades se mostrou efetiva para



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

o novo formato de trabalho. Dra. Dayse passou a palavra para Sra. Fabiana conduzir a apresentação das ações de 2022 da Alta Administração, que na sequência chamou o representante da Secretaria Geral, Dr. Anderson de Paiva Gabriel – Juiz Auxiliar da Secretaria-Geral.

5.7 Secretaria-Geral – SG

Dr. Anderson saudou a todos, parabenizou pelos resultados atingidos, registrou a grande quantidade de atos normativos produzidos pela atual administração, um dos maiores resultados entre todas as gestões, e informou que continuam em sinergia com demais órgãos e com a SEP nesse intuito. Destacou ainda os trabalhos relativos ao Observatório de Direitos Humanos e o auxílio da SG aos projetos que vão ao Plenário.

5.8 Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP

Sr. Diogo iniciou informando que para 2022 o CEAJUD já tem 63 turmas planejadas. Do Justiça 4.0 são 20 cursos, alguns feitos em parceria com outras instituições. Pelo alto volume das demandas, o CEAJUD está priorizando os cursos. A seguir a Sra. Gabriela informou, pelo DPJ, que estão sendo assinados seis contratos de pesquisa sobre ambiental, sobre lei brasileira de inclusão, sobre lavagem de dinheiro e corrupção, e três em parceria com o DMF- convenção americana de direitos humanos, morte sob custódia no Brasil e grupos vulnerabilizados. Informou a entrega da pesquisa do Contencioso Tributário, e que, em 2022, já foram entregues 4 pesquisas: Contencioso Tributário; Depoimento Especial, em parceria com a Conselheira Flávia; Assédio e Discriminação do Poder Judiciário; e da saúde dos magistrados e servidores. Citou ainda, dentre outros: pesquisa de medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha; sobre população LGBTQIA+ vítima de violência no sistema de justiça; informou que a Primeira Infância está na fase final de revisão para publicação e preparação de material de divulgação, sumário executivo; pesquisa sobre segurança institucional; pesquisa em parceria com CJF; pesquisa sobre assédio sexual em ações judiciais em parceria com o IPEA; pesquisas recorrentes do PLS em parceria com o DGE; levantamento de dados contínuos; seminário de pesquisa empírica que se



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

pretende retomar em março; atividades da COIN em processo final de compra de base dados – artigos, livros, biblioteca; curso de ciência de dados; cursos voltados para área de pesquisa, parametrização junto com o CEAJUD; Novas versões do painel de estatística; Justiça em Números com o Datajud e Prêmio CNJ de qualidade. Na sequência, a Sra. Fabiana expôs as ações do DGE: Melhoria no processo contínuo de execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e do Planejamento Estratégico Institucional; acompanhamento dos indicadores da Estratégia Nacional; Pesquisa de avaliação do Poder Judiciário em parceria com o DPJ; Painel dos indicadores da Estratégia Nacional em parceria com diversas unidades e o PNUD que auxiliará no acompanhamento dos índices; Gestão de Políticas Judiciárias com melhorias dos instrumentos de gestão. Citou, ainda, os eventos da Estratégia Nacional e da Gestão Socioambiental. Após, a Sra. Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP informou que continuam 23 projetos na carteira com foco no Justiça 4.0 e desenvolvimento de ferramentas como SNIPER, CODEX e inteligência artificial; sistema nacional de adoção; 2º Prêmio Prioridade Absoluta e Sirenejud.

5.9 Diretoria-Geral – DG

Dr. Johanness Eck – Diretor-Geral informou que, em 2022, será repetida a ação de captação de recursos que, em 2021, aumentou o orçamento de despesas discricionárias em mais de 50% e possibilitou o desenvolvimento de diversos projetos plurianuais. Além das ações para garantir a infraestrutura do CNJ. Sr. Arthur Dias Avelino – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral reforçou a importância do aprimoramento dos resultados em relação ao levantamento de governança e gestão do TCU. Informou que, em 2021, o índice geral de governança do CNJ foi 48,9%. Acrescentou que serão feitas avaliações em diversas áreas – estrutura, pessoas, sistemas.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

5.10 Escritório Corporativo de Projetos – ECP

Sra. Cristina de Oliveira Winckler, Coordenadora do ECP, informou que, em 2021, o ECP acompanhou 28 projetos institucionais, aqueles que seguem o fluxo da IN 79. Foram concluídos cinco projetos e 11 unidades foram responsáveis por projetos. Dos 18 objetivos estratégicos do planejamento institucional, três concentram 54% dos projetos. O objetivo: *Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital* tem seis projetos e reflete o desenvolvimento do Justiça 4.0 e transformação digital; acrescentou que cinco objetivos não tiveram projetos e que analisarão a causa em 2022 para tentar mais projetos na área. Informou ainda que identificaram que muitas áreas não têm projetos, mas desenvolvem iniciativas e citou como exemplo a QVT. Com relação à Estratégia Nacional, quatro macrodesafios não tiveram projetos em 2021, esclareceu que o ECP faz alinhamento dos projetos tanto com o planejamento institucional quanto com a Estratégia Nacional e noticiou que o macrodesafio: *Agilidade na Prestação Jurisdicional* concentrou 32% dos projetos institucionais. Com relação aos eixos de gestão da Presidência, todos tiveram projetos e somente três projetos mais antigos da gestão anterior não foram alinhados. O eixo com mais projetos é o *Justiça 4.0 e promoção do acesso à Justiça Digital* com nove projetos. Dra. Dayse acrescentou que está havendo continuidade em projeções e que, projeto que ficou sem alinhamento era mais da área administrativa e perpassa os eixos de gestão. Esclareceu, ainda, que o alinhamento dos projetos com os eixos de gestão demonstra que se conseguiu dar continuidade e não houve abandono de projetos, que é objetivo do ECP. Sra. Cristina apresentou o status resumido de execução de projetos e esclareceu que o ECP usa a mesma metodologia do DGE, todavia lembrou que há diferença nos números porque alguns projetos compõem indicadores e é feito um acerto para evitar a dupla contagem de resultados. Os resultados foram: 50% no prazo, 21% parcialmente no prazo, 11% atrasados e 18% concluídos. A seguir, apresentou algumas entregas de alguns projetos mudando o foco de percentual de execução para valor entregue. Iniciou pelo Programa Justiça 4.0: i. Sniper: desenvolvimento de uma ferramenta de análise financeira e busca de ativos entregou, em 2021, as regras negociais e desenvolvimento do protótipo do módulo “Mapa de Relacionamentos”, a



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

elaboração de material instrucional desse mesmo módulo e especificação das regras negociais; ii. CODEX: continuação da gestão anterior com as seguintes entregas: Mapeamento do fluxo de atendimento para instalação, Preparativos para migração do PrimeNG, Relatório de melhorias alcançadas, Expansão do CODEX que conta com 50 canais de suporte técnico para os tribunais para atualização de pacotes, instalação e dúvidas e webnário CODEX – plataforma de dados processuais; instalação, integração e consumo de dados; iii. Painel da Estatística – Justiça 4.0 desenvolvido em 2021 e lançado no dia 15/02; iv. PMOJud: busca aperfeiçoar os processos de trabalho do ECP e as principais entregas, em 2021, foram: Diagnóstico da maturidade em gestão de Projetos do CNJ, capacitação em gestão de projetos para servidores do CNJ e da Justiça Federal; PMO Value Ring – identificação das expectativas do corpo funcional do CNJ e dos patrocinadores e partes interessadas, desenvolvimento do painel de resultados dos indicadores dos Marcodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário; v. Diagnóstico e Disseminação – diagnóstico da conjuntura tecnológica dos tribunais e apoio a elaboração e planos de trabalho visando a integração com o Justiça 4.0 teve as entregas: diagnóstico feito em todos os tribunais e, em 2022, serão trabalhados os planos de ação com os tribunais; vi. Automação dos processos previdenciários entregou: homologação da API, módulo de automação da requisição de documentos, módulo da funcionalidade Dossiê médico e a finalização do desenvolvimento dos serviços do Intimação Judicial e disponibilização para homologação; vii. Novo SNBA: está no início do desenvolvimento. Foi feito mapeamento dos requisitos, benchmark e o primeiro produto tem previsão de entrega em fevereiro/22 que é o documento técnico com especificações de requisitos e o protótipo do módulo de cadastramento e registro de bens apreendidos; viii. SINAPSES- plataforma de ferramenta de inteligência artificial teve várias entregas de modelos: petições, contestação, procurações, modelo integrado na plataforma Sinapses e finalização de melhorias na plataforma; ix. Serviços Estruturantes Plataforma PDPJ: foram previstos 5 serviços estruturantes. O primeiro já foi entregue e está na fase de disponibilização para testes da primeira versão da interface (front-end) do Serviço de Notificações. A seguir iniciou a exposição de projetos fora do Justiça 4.0, selecionados por temática: i. 1º Prêmio Prioridade Absoluta com as



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

entregas: práticas selecionadas em 2 eixos temáticos e 5 categorias, disponibilizados no portal do CNJ para disseminação do conhecimento, evento de premiação; ii. Justiça Começa na Infância – iniciado na gestão anterior: está em fase de prestação de contas, mas entregou todos produtos e contou com a atuação de diversas unidades do CNJ (DGE, DPJ, SCS, SCE): Diagnóstico da situação; oferta de capacitação para operadores de direito e equipe técnica, seminários regionais e disseminação de boas práticas; iii. Depoimento especial das Crianças e Adolescente permanentes aos povos e comunidades tradicionais: realização de pilotos com tribunais, diagnósticos e elaboração de manual prático lançado em janeiro; iv. Sisbajud – gestão anterior – substitui o Bacenjud: concluído em junho de 2021 e em fase de monitoramento e identificação de ajustes e melhorias necessárias; v. Renajud – gestão anterior: desenvolvimento dos sistemas WS-Renajud e WS-leilões e em 2022 será feita uma interface de consulta; vi. Mineração de processos – gestão anterior: lançamento da ferramenta JUMP em 2021 para identificar gargalos no andamento dos processos e melhorar o trabalho realizado nas unidades judiciárias; vii. Integração do “Consumidor.gov.br” ao Pje – gestão anterior: solução disponibilizada no Pje; viii – APOSTIL e-APP da Haia – gestão anterior – desenvolvimento de sistema para apostilamento de documentos públicos: publicação do provimento n. 119/2021, edição de acordo de cooperação técnica n. 122/202 com o Colégio Notarial do Brasil, curso de apostilamento; ix. Pje COR: definição de regras de negócio e configuração do fluxo colegiado, constituição do comitê gestor para deliberação sobre alteração e evolução da primeira versão do PjeCor, disponibilização de material instrucional de capacitação em um ambiente único para fácil acesso e replicação das corregedorias, remessa de processos do Pje CNJ para o PjeCor; x. Dimensionamento de pessoal: oficinas com todas as unidades, recebimento das planilhas com informações, análise e tabulação dos dados; xi. Semana do meio ambiente: três oficinas pertinentes ao tema, com participação dos servidores do CNJ; xii. 1º ciclo de capacitações em Ouvidorias Judiciais: revisão e adequação do conteúdo programático dos cursos do primeiro módulo lançado em janeiro que foram “controle social”, “Acesso à informação e ouvidorias do Poder Judiciário” e “Gestão em ouvidorias”; xiii. Revista CNJ n. 5: elaboração, chamamento de artigos e publicação. Por fim, Sra. Cristina apresentou o



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

plano de acompanhamento de projetos em 2022: reuniões periódicas com gestores, aperfeiçoamento do Painel Portfólio, foco em benefícios/entrega de valor do projeto.

6. Considerações Finais

Dra. Dayse observou que os projetos não foram feitos de forma isolada, todos têm a participação de mais de uma unidade e que a integração entre as unidades que o DGE busca tem sido sentida de forma positiva na execução dos projetos. Reforçou os resultados do ano e parabenizou a todas as equipes do CNJ. Continuou pedindo às unidades que façam suas análises e ajustes para o início da execução da estratégia de 2022, pois, em março, inicia-se o monitoramento do primeiro bimestre de 2022. Agradeceu a participação de todos e colocou o DGE e o ECP à disposição das equipes. Sra. Fabiana fez encerramento realçando que há diversos projetos e ações realizados pelas unidades que não são institucionais, mas contribuem com o resultado. Encerrou-se, assim, a reunião.